

Artigo:

OS RECURSOS DA NATUREZA – I PARTE

Produtos Florestais e Aquáticos: a Madeira

"Na área de produtos florestais e aquáticos, o Amazonas deverá apoiar os produtores que assumam o compromisso de obter o selo verde - ou "certificação socioambiental" - por organismos como o FSC (Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal) e por outros programas de certificação que tenham credibilidade internacional".

Denis Minev – Secretário de Estado da SEPLAN/AM

Dentro do território que constitui a Amazônia Legal Brasileira, por certo, o Estado do Amazonas é o que mantém mais preservada a sua parte da floresta, detentora dos maiores recursos aquáticos da região, e com imensa riqueza conhecida e por conhecer. Apesar dos indicativos constantes em numerosos documentos e relatórios oficiais e oficiosos, elaborados por credenciados órgãos, (acreditando-se que existe um sem número de trabalhos feitos por toda uma legião estrangeira), ainda se desconhece muito do que a região poderá oferecer em termos de geração de riqueza.

Figura 1 – Os recursos da natureza na Estratégia Econômica do Amazonas



Extraído de: Minev, D.. Estratégia Econômica do Amazonas. Manaus, AM. 2007.

Apenas como referência, deve-se lembrar que a Rússia divulgou que seus cientistas haviam estudado por trinta e cinco anos a floresta siberiana, e declararam que conheciam muito pouco da fauna, flora e seus prováveis recursos. Ora, a floresta siberiana é uma floresta homogênea. A floresta amazônica é heterogênea, com uma infinidade de espécies, e não é sabido se algum órgão ou qualquer entidade tenha divulgado pesquisas capazes de, seguramente, haver formatado, com particularidade, suas principais essencialidades. Portanto, temos a certeza de que dos recursos da natureza em produtos florestais e aquáticos dominamos pouco dessa imensa floresta. Posto este conceito como guarda-chuva, escolheremos tratar, dentro dos produtos florestais e aquáticos, apenas da madeira, e honestamente em generalidades conhecidas, mas que poderão receber considerações, ainda que perfunctoriamente, todavia querendo ascender aspectos pragmáticos.

Seguindo o raciocínio, o primeiro passo foi explorar o conteúdo do Plano de Desenvolvimento Preliminar do APL de Madeiras, Móveis e Artefatos. Nesse documento encontram-se explicitados os objetivos de se estruturar o segmento de forma atuante e organizada, buscando novas oportunidades de negócios e ampliação de mercado, que resulte em incremento da rentabilidade e melhor atendimento

da satisfação da clientela para seus produtos. Publica ainda a Cadeia Produtiva, estância própria para subsidiar de informações, quanto aos principais óbices a se interpor na promoção do desenvolvimento econômico e social. E é exatamente sobre ela que se pretende estabelecer considerações. Então o primeiro elo dessa corrente encontra-se a:

1. Disponibilidade de área para exploração

Há um verdadeiro intrincado na exploração da madeira quando se depara com o problema fundiário, posto que abrange as três áreas do poder: Federal, Estadual e Municipal. Os habitantes tradicionais, muitas vezes com ocupação de caráter itinerante, normalmente não são alcançados por uma formação cultural capaz de assimilar a legislação existente sobre o direito de propriedade e das consequências dele advindas, mormente quanto à garantias de recursos para acesso a crédito de investimentos. Por isso também pouco afeitos aos processos burocráticos que devem ser atendidos na organização da produção. Mesmo existindo o desejo da plenitude da cidadania, esse potencial empresário residente sofre grande dificuldade para implantar seu particular processo produtivo. Por falta mesmo de alternativa ocupacional, uma vez o cidadão restrito em habilidades, extrair madeira lhe é a atividade bem dominada e com garantida realização. Assim, se o empreendimento avançar, por que satisfizesse a primeira exigência de obrigação formal, entrará no segundo estágio. Ou então se realizará fora da legalidade, situação mais comum para solucionar o problema da atual demanda de madeira.

2. Manejo e exploração

Um Projeto de Manejo Florestal requer conhecimento especializado e tem preço elevado para a sua realização. O extrator de madeira, não sendo uma grande empresa com capacidade para efetuar investimentos de grande monta, volta-se para conseguir esse documento junto ao Setor Público. Normalmente essa cobertura é fornecida pelo IDAM. Projeto elaborado deve ser encaminhado ao IPAAM, para prover o devido Licenciamento Ambiental. Com uma equipe técnica reduzida, esse órgão irá naturalmente ter dificuldades para atender a todas as solicitações recebidas, mesmo que se direcione para os processos com área de até 500 hectares, o mais comum em toda a hinterlândia. Excluídas todas as pendências que se distribuem em diversos órgãos, resta evidente o tempo de tramitação. Como consequência o abastecimento de madeira é conseguido quase sempre por comunitários, em torno de 90% clandestinos. Instituído esse processo ilegal, irá disputar o mercado com as empresas legalmente estabelecidas, as quais não conseguem concorrer em preço, uma vez suas despesas operacionais estarem acrescidas pelos custos inerentes à formalização exigida pelo marco regulatório. Nesse contexto, promove-se a escassez do produto. A pouca oferta ainda se agrava quando quem tem autorização para desmatar, em razão de atividades agrícolas, não possui documento apto para proceder a comercialização da madeira advinda do corte raso. O conjunto desses óbices defluiu na criação e manutenção do emprego. Contudo, o programa Zona Franca Verde vem desenvolvendo intensa atividade visando minimizar a situação. Procura-se estancar o avanço da atividade ilegal de extração, através do Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala. Apesar do estímulo ainda não se tornou possível um avanço desejável, posto que além de todas essas condicionantes ainda há o conservadorismo e reconhecida desinformação por parte dos extratores.

3. Industrialização primária

Tem se tornado muito usual efetivar-se a industrialização primária nos próprios centros de produção da madeira, ao longo dos rios, lagos, estradas e suas vicinais. A prática de certa forma melhora a remuneração do extrator. No entanto, vincula-se à ela maior perda no aproveitamento da matéria-prima, considerando-se que as serrarias que seguem as normas do segmento, de modo geral, já estão assimilando as recomendações de P+L, focando o menor possível descarte de resíduos.

4. Industrialização secundária

Apresenta-se neste estágio da cadeia produtiva um verdadeiro empilhamento de todos os complicados obstáculos que o potencial de aproveitamento da madeira amazonense vem enfrentando. Descarregam-se aqui os problemas do manejo e exploração que resultam em escassez e falta de regularidade e qualidade na oferta de matéria-prima, seja pelo descompasso de licenciamentos ambientais, seja pela incipiente incorporação de espécies alternativas; da industrialização primária, pela não disponibilidade de material em perfeitas condições de aproveitamento; pela imperfeição e alto preço da matéria-prima seca; pela inexistência de imunização; da própria industrialização secundária, pela baixa qualidade dos produtos; pela carência e pobreza em desenho; pela falta de incorporação de variados produtos que resultem em aprimoramento de elaboração do bem final. Apesar de ser nesse estágio a possibilidade de maior agregação de valor, ainda esta região vem sendo abastecida pela indústria de outros estados, até mesmo como ofertante de bens intermediários. Ao que tudo indica ainda precisamos urgentemente aprender a produzir artefatos de madeira.

5. Considerações finais

Não resta a menor dúvida de que existem amplas condições para o desenvolvimento do setor florestal/madeireiro. O potencial de produção através de práticas sustentáveis é gigantesco, posto que a madeira é um recurso natural com ampla distribuição geográfica em todo o Estado do Amazonas, e possui alta liquidez no mercado nacional e mundial. Assim para que venhamos a ter uma atividade socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente possível, será indispensável um planejamento capaz de manter o estoque existente e otimização produtiva de nossa floresta.

*Professor Antônio Iran Gadelha
Departamento de Desenvolvimento Regional*

Referências:

- Minev, D. *Plano Estratégia Econômica do Amazonas*. SEPLAN. Manaus-AM. 2007.
NEAPL. *Plano de Desenvolvimento Preliminar - APL de Madeira, Móveis e Artefatos*. SEPLAN. Manaus-AM. 2008.
AIG. Relatório de Participação no Evento de Revitalização do Pólo Moveleiro de Itacoatiara - 2008.